



**Prefeitura de
Fortaleza**



PROJETO ESCOLA ARENINHA
ESPORTE E EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

FORTALEZA/CEARÁ

1 JUSTIFICATIVA

Desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação¹ em 1932, defende-se a ideia de educação em tempo integral. É a partir da década de 1990, quando a educação assume uma posição estratégica para o desenvolvimento do país, que organismos nacionais e internacionais passam a atuar na definição de políticas educacionais direcionada para que a escola em tempo integral possa responder as demandas da sociedade mercantil.

Alguns eventos internacionais, em destaque para Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), realizada em Jomtien, na Tailândia, foram responsáveis por impulsionar diversas reformas educacionais nessa década. Ainda que para Torres (1994) o principal compromisso dos governos participantes da Conferência de Jomtien tenha sido a garantia de Educação Básica, as diversas leituras da Declaração resultantes desse evento propiciaram interpretações diversas a esse respeito. Nesse campo, Miranda e Santos (2012) evidenciam que, no Brasil, o esforço para cumprir o acordo estabelecido em Jomtien e reforçado por outros documentos internacionais objetivou essencialmente a universalização da Educação Básica, a melhoria dos resultados da aprendizagem e a redução dos índices de analfabetismo.

Nesse contexto, as reformas foram subsidiadas por dados que indicavam a necessidade de buscar soluções para o ensino público brasileiro. Dentre as várias medidas tomadas, destacam-se a criação dos seguintes dispositivos governamentais: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Programa Dinheiro Direto na Escola, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além dos sistemas de avaliação da educação básica, o Bolsa-Escola, substituído pela Bolsa-família. Dentre essas propostas, há o Plano Nacional de Educação (PNE), que leva o tema da educação integral de volta ao cenário educacional.

Nesse contexto, as esferas estaduais e municipais têm desenvolvido ações para melhorar o desempenho educacional de seus Estados e Municípios a partir das medidas sugeridas pelo Governo Federal. Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) firmou convênio com a Universidade Estadual do Ceará (UECE) através do presente projeto,

¹ <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoPioneiros>



**Prefeitura de
Fortaleza**



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO CEARÁ**

que objetiva a ampliação de jornada escolar para alunos do 6º ao 9º anos do ensino fundamental das escolas municipais de Fortaleza de forma integrada com o projeto Areninhas.

A Universidade Estadual do Ceará (UECE), compreendendo seu papel de agência formadora que deve contribuir com o fomento de políticas públicas, possuidora de profissionais qualificados e com expertise para dar conta de desafios dessa natureza, aceita a missão de implementar este projeto em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza.

A criação do projeto Areninhas ocorreu em 2014, consistindo em campos de futebol urbanizados e requalificados pela Prefeitura, localizados em bairros com alto índice de vulnerabilidade social e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). As Areninhas têm objetivado oferecer à população equipamentos esportivos de qualidade para a prática de atividade física e desfrute de um espaço seguro de convivência, lazer e formação cidadã. A ideia inicial da prefeitura foi potencializar o uso das Areninhas. Então, em diálogo com a UECE, surge a proposta de conjugar e integrar iniciativas na área de política educacional com política de esporte, tendo como marco referencial a ampliação da jornada escolar em um espaço integrado.

O projeto ora estruturado atende a meta 6 do PNE e as diretrizes sobre ampliação de jornada escolar estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, que tem como referência o *Documento Curricular Referencial do Ceará*. As atividades do projeto serão oferecidas no contraturno de aula dos alunos em espaços educacionais associados às Areninhas. Para tanto, a proposta incorpora metodologias inovadoras com uso de recursos pedagógicos que serão desenvolvidos especificamente para este projeto.

Em sua estrutura organizacional, o Projeto Areninha contará com coordenação geral, coordenação administrativa e financeira, coordenação pedagógica, coordenação de área (Esportes, Matemática, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Cidadania), supervisão pedagógica e monitoria, todas vinculadas à UECE.

O Projeto beneficiará alunos do 6º ao 9º ano regularmente matriculados nas escolas de Fortaleza através da Secretaria Municipal de Educação. São, em geral, alunos oriundos de classes sociais menos favorecidas e que têm entre 10 e 17 anos. É exatamente nessa fase da educação básica que os alunos experimentam uma série de mudanças no processo de aprendizagem: aumento do número de docentes, agora especializados e não mais polivalentes, especificação e aumento de disciplinas, o que configura uma rotina escolar semelhante à que tais discentes encontrarão no ensino médio e que é contemplada nesta proposta pedagógica.

Essa fase da educação básica também pode estar marcada por uma desintegração dos

princípios interdisciplinares, caso o coletivo de professores não esteja articulado para, em cada disciplina, desenvolver com os alunos atividades em comum, que integrem objetos do conhecimento, habilidades e competências. Pode haver também, de certo modo, um impasse entre a compreensão de que investimento metodológico deve ser feito nos objetos do conhecimento a serem apresentados pela primeira vez aos alunos e nos objetos de conhecimentos que lhes devem ser apresentados como forma de retomados dos conhecimentos alicerçados em etapa anterior, durante os anos iniciais do ensino fundamental. Daí a importância de um planejamento pedagógico integrado entre todos os professores desse segmento de ensino, considerando os pressupostos dos documentos oficiais de ensino, como a Base Nacional Comum Curricular, tal como propomos nesse projeto.

É exatamente nesse contexto de integração entre jornadas que Fortaleza se destaca pelo ineditismo na proposição do projeto Areninha que objetiva se constituir como uma ação dentro de um amplo quadro de políticas públicas para esse segmento de ensino que, de certo modo, têm estado ausentes nos últimos tempos. Segundo Davis *et. al* (2013, p. 11):

Na procura de conhecer os 42 programas e ações do MEC para a Educação Básica mencionados em seu site, constata-se que eles não se encontram apresentados segundo algum critério, situação que impõe a necessidade de organizá-los de algum modo. Nesse conjunto de programas não existe – ou se existe não consta de seu site – nenhum programa ou ação que se volte diretamente para os alunos que se encontram nos anos finais do Ensino Fundamental. (...) A política educacional do MEC constitui-se, assim, como plano de ações que se dispersam entre os vários níveis de ensino, de forma pulverizada e sem foco específico (embora com ênfase na alfabetização), na louvável intenção de alterar a Educação brasileira.

No Ceará, compõem o conjunto de referidas políticas públicas para esse segmento da educação básica a aferição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), uma iniciativa do Inep que mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e da taxa de aprovação, e a aplicação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE).

Sobre o Ideb, de acordo com o MEC, em relatório recente, interessa destacar que o Brasil melhorou seu desempenho nas séries finais do ensino fundamental, alcançando, em 2017, um índice igual a 4,7. Destaque-se que, à época, a meta proposta não foi atingida. Dos 26 estados mais o Distrito Federal, 23 aumentaram o Ideb, mas somente 07 alcançaram a meta proposta para 2017. O Ceará está entre os referidos estados.

Na mesma direção, os números do SPAECE também evidenciam melhora contínua do Ceará nos últimos anos, sobretudo nos componentes curriculares avaliados, a saber: língua portuguesa e matemática, no quinto e nono anos. Dados como os aqui relatados são fundamentais para o fortalecimento das políticas públicas para os anos finais do ensino fundamental, com fins à valorização da formação discentes no Ceará.

A partir de dados como os que debatemos, podemos afirmar que as experiências com educação integral, no Ceará, têm sido defendidas por seu potencial de prevenção de risco social. Entende-se por situação de risco social a condição de crianças e adolescentes expostas à violência, ao uso e tráfico de drogas e a outros problemas que possam afetar sua integridade e seu desenvolvimento. Nesse contexto de vulnerabilidade, a ampliação da jornada representa uma medida preventiva com o objetivo de afastar os alunos dessas ameaças (MIRANDA e SANTOS, 2012). Outro ganho relacionado a essa proposta é a vivência de novos espaços pelos alunos beneficiados. No caso do presente projeto, essa ampliação não acontecerá dentro da escola, mas nas Areninhas e nas salas de aula moduladas conjugadas a elas, de modo que os estudantes poderão vivenciar outro espaço de aprendizagem com novos mediadores e uma metodologia diferente da que ele está habituado. Não se trata, portanto, de duplicar a jornada escolar e repetir atividades, mas sim pensar a formação integral do sujeito em outra proposta.

A proposta elaborada para o Projeto Areninha está amparada na *Teoria das Inteligências Múltiplas*, desenvolvida por Howard Gardner com o lançamento da obra *Frames of Mind* em 1983, que propunha a existência inicialmente de sete inteligências, ocasionando uma inflexão na educação da década de 1990. Essa teoria amplia os conceitos tradicionais de educação, à medida que visa a capacidade dos alunos para a resolução de problemas, tomadas de decisões e leitura do mundo, além de habilidades para o mundo do trabalho que permitem o enfrentamento ativo e a escolha de trilhas adequadas, competências necessárias para a atuação de tais alunos como cidadãos críticos e engajados.

Gardner (1995) discute as inteligências a partir das capacidades universais do ser humano, destacando inteligências múltiplas, a saber: linguística, lógico matemática, espacial, corporal-cinestésica, musical, interpessoal e intrapessoal. No início dos anos 2000, com novos estudos, Gardner (1995) acrescentou a sua proposta a oitava inteligência, denominada naturalista. Mais recentemente, o referido estudioso passou a discutir a nona inteligência que chamou de existencial, relacionada à preocupação com as questões básicas da vida (ARMSTRONG, 1995). O autor alerta que as inteligências não funcionam de modo isolado; ao

contrário, atuem em perspectiva integrada.

Para atingir os objetivos pedagógicos do Projeto Areninha, a Teoria das Inteligências Múltiplas é concebida como presença para uma aprendizagem significativa, cumprindo com objetivos da educação integral. Essas inteligências não se encontram reféns da condição biológica, existindo uma dependência das interações dos indivíduos com ambientes naturais e sociais de pertença, característica fulcral deste projeto, e funcionarão como ferramenta colaborativa que privilegia as características dos alunos frente aos conhecimentos a serem desenvolvidos.

Todos esses apontamentos nos fazem crer que as formulações sobre as inteligências múltiplas podem oferecer contributo robusto para a educação, em especial, no desenvolvimento de estratégias de ensino que levem em consideração a subjetividade dos alunos, proporcionando aprendizagem de forma inclusiva e integrando, em uma mesma tarefa, vários níveis de complexidade. Ao fim, o resultado visado é a integração de todos os alunos, o tempo todo e de todas as formas, alcançando altos níveis de engajamento nas tarefas e interação entre os participantes.

Destacamos, a seguir, a sistematização dos objetivos deste projeto.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Desenvolver atividades nas áreas de Esporte, Matemática, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Cidadania para alunos dos 6º aos 9º anos do ensino fundamental das escolas municipais de Fortaleza, em integração com o projeto Areninhas.

2.2 ESPECÍFICOS

- Executar atividades do projeto nas áreas de Esporte, Matemática, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Cidadania;
- Elaborar material didático por área de conhecimento;
- Acompanhar as atividades planejadas;
- Acompanhar a participação dos diversos atores envolvidos.
- Estabelecer diálogo com as escolas vinculadas ao projeto.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A proposta de ampliação do tempo escolar na rede pública tem ganhado relevo nos últimos anos, especialmente após a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014. Passadas décadas do Manifesto dos Pioneiros da Educação, a ideia de educação integral sempre presente na obra de Anísio Teixeira é retomada. No Manifesto, ao abordar “O Estado em face da Educação” é feita a defesa da escola integral, no documento nomeado de escola única:

Assentado o princípio do direito biológico de cada indivíduo sua educação integral, cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo, por um plano geral de educação, de estrutura orgânica, que torne a escola acessível, em todos seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica para obter o máximo de desenvolvimento de acordo com suas aptidões vitais (AZEVEDO et. al., 1932, p. 44).

Cavaliere (2010, p. 249) afirma que, “no Brasil, a compreensão da maneira pela qual a concepção de educação integral se desenvolve passa obrigatoriamente pelo estudo do pensamento educacional das décadas de 20 e 30 do século XX”, isso porque a sugestão de educação integral, enquanto proposta de jornada escolar ampliada em suas tarefas sociais e culturais, esteve presente nas diferentes correntes políticas que se delinearam naquele contexto.

Assim, a concepção de educação integral que foi defendida pela Ação Integralista Brasileira (AIB), associada à perspectiva de homem integral, “[...] envolvia o Estado, a família e a religião, postos em sintonia pela escola, numa intensiva ação educativa” (CAVALIERE, 2010, p. 240). Por essa razão, o liberal Anísio Teixeira não fazia uso do termo “educação integral” por considerá-lo impreciso e para não ser confundido com os integralistas. Defendia uma concepção de educação escolar ampliada, que, ainda reverbera em projetos educacionais que almejam o aprofundamento no caráter público da educação escolar (CAVALIERE, 2010).

Retomamos a obra de Anísio Teixeira por esta percorrer aproximadamente cinco décadas defendendo a escola de educação integral. Nesse debate, é possível depreender que, para o autor, educação é vida e não preparação para a vida, considerando “que as demais instituições sociais perderam parte de suas capacidades educativas, que devem ser supridas pela escola” (CAVALIERE, 2010, p. 258).

Assim, os adeptos da educação integral passam a apontar duas tendências na defesa da implantação das escolas em tempo integral nas redes públicas: o discurso da prevenção do risco social, por incorporar a função de assistência social às atribuições da escola, e ações de

agentes voluntários com a incorporação de novos ambientes dentro e fora da escola (MIRANDA; SANTOS, 2012).

Desse modo, podemos afirmar que as políticas de educação em tempo integral possuem duas dimensões: uma *pedagógica*, que visa oferecer melhores condições de aprendizado e maiores oportunidades educativas aos alunos, e uma *social*, uma vez que estão estritamente vinculadas à minimização da vulnerabilidade social (PARENTE, 2016)

Visto que essa proposição não é nova, o PNE explicita, em sua meta 6, o oferecimento de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas e, no mínimo, para 25% dos estudantes, nos próximos 10 anos. Dentre as diversas diretrizes do PNE, destacamos: (III) superação das desigualdades educacionais, (IV) melhoria da qualidade da educação, (VII) promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país e (X) promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. Ao evidenciar essas diretrizes, concordamos com Moll (2014) ao afirmar que elas jamais poderão ser alcançadas em uma escola de tempo parcial e fragmentada.

A escola em tempo integral compreende a ampliação do tempo escolar. Todavia, a forma de organização pode se diferenciar a partir da proposta adotada pelo ente federado. Uma primeira opção é a permanência dos estudantes na escola durante mais um turno, forma mais usual de oferta. A crítica muitas vezes feita é a de que algumas instituições apenas dobram a carga horária de estudos em conteúdos considerados “mais importantes”, como Língua Portuguesa e Matemática, ainda que iniciativas dessa monta tenham seu valor não permitem atender a dimensão social da educação integral. Outro desafio é o espaço: muitas escolas não têm salas disponíveis para essa ampliação da carga horária. Por essas razões, alguns estados e municípios têm experimentado parceria com outras instituições para incorporação de outros ambientes dentro e fora da escola, conforme destaca Felício (2011, p. 165):

Uma das alternativas oferecidas para superação dessas questões, sobretudo no quesito espaço e tempo, é o estabelecimento de parcerias entre diferentes instituições que compreendam as dimensões formal e não-formal da educação, a fim de que a ampliação do tempo educacional na vida dos educandos seja garantida.

Isso evidencia que, junto com a escola, podem coexistir outros ambientes educacionais, percebidos como complementares e articulados à instituição formal. Ainda segundo Felício (2011, p. 165), a esse respeito, podemos afirmar que “a dimensão não-formal da educação é aquela que rompe com as determinações que caracterizam a escola e se constitui

como um conjunto de processos, meios, instituições, com objetivos explícitos de formação não voltados à outorga de graus próprios do sistema escolar”.

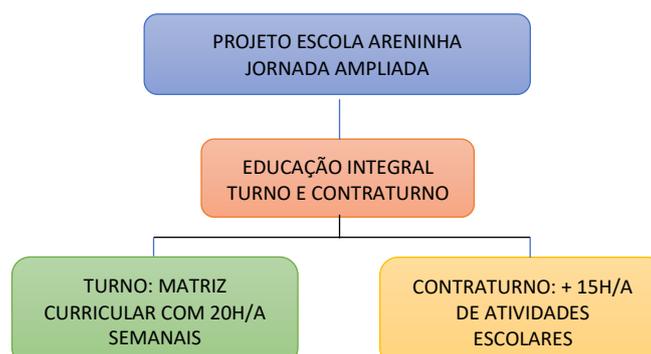
Para Trilha (2008), o crescimento das instituições não-formais ocorre de modo mais intenso na segunda metade do século XX como consequência de fatores sociais, econômicos, tecnológicos, culturais, entre outros que geram demandas educacionais e possibilidades pedagógicas que diferem daquelas realizadas pela escola.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9.394/96), por exemplo, prevê para as escolas brasileiras carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídas em no mínimo 200 dias de efetivo trabalho escolar, com 4 horas diárias de aula. Todavia, muitos especialistas apontam evidências da insuficiência dessa carga-horária e argumentam que diversos países, cientes das demandas da sociedade contemporânea, propõem jornadas ampliadas, sendo essa uma das razões para educação em tempo integral ter conquistado destaque. O Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, em seu 4º artigo, conceitua a educação integral como “[...] a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares [...]” (BRASIL, 2007). Já o Decreto nº 7.083, de janeiro de 2010, explicita que a ampliação da jornada exerce diversas funções:

A jornada escolar diária será ampliada com o desenvolvimento das atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades. (BRASIL, 2010, p. 01).

Assim, este projeto assume o desenvolvimento de atividades que visam responder a algumas dessas funções, com ampliação do tempo diário via ampliação de 15 horas semanais e dos horizontes formativos, estruturadas de acordo com a Figura 1, exposta a seguir.

Figura 1: Proposta de ampliação de jornada do Projeto Escola Areninha



PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS ATIVIDADES DE AMPLIAÇÃO DE JORNADA

Fonte: elabora nossa.

Com o fito de conceber, estruturar e atuar em atividades de ampliação de jornada escolar para alunos dos 6º aos 9º anos do ensino fundamental das escolas municipais de Fortaleza de forma integrada com o projeto Areninhas, portanto em espaço não escolar, este projeto estabelece que a carga horária de 20 horas semanais será acrescida de 15 horas semanais, totalizando 35 horas, conforme propõe o Decreto nº 6.253.

A proposta curricular vigente nas escolas contempla os seguintes componentes curriculares: Português, História, Geografia, Ciências, Matemática, Educação Física e Artes. Para ampliação da jornada, é necessário definir áreas de conhecimento nas quais as atividades seriam desenvolvidas. Como um dos espaços utilizados serão as Areninhas, foi natural a opção pelo Esporte. Além disso, Moll (2014), evidencia que, entre as estratégias que acompanham a meta 6 do PNE, está a combinação de atividades recreativas, esportivas e culturais e o fomento da articulação da escola com diferentes espaços esportivos e com equipamentos públicos. Para potencializar o uso das Areninhas, a área de esporte ficou com a maior carga horária (6 horas).

Além do Esporte, consideramos as atividades de Educação para Cidadania têm grande potencial de ser desenvolvidas numa perspectiva que promovam reflexão para além do momento de sala de aula. Por essa razão, foram atribuídas 2 horas semanais a este componente. Em suas diretrizes, O PNE propõe a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”; a “formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade” e a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”, recomendações que expressam nossa opção por Cidadania.

Como, nessa ampliação, um argumento persistente tem sido a promoção de atividades de enriquecimento da aprendizagem para além das atividades de sala de aula, incluímos ações direcionadas aos alunos com dificuldades em disciplinas essenciais, como Língua Portuguesa e Matemática, que têm, respectivamente, 3 e 4 horas semanais.

A ideia é desenvolver atividades integradas a partir de metodologias ativas. Na perspectiva social da educação, temos os temas relacionados à cidadania, estratégica por sua

transversalidade, conforme anunciado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) que, em uma perspectiva histórica, configura-se como importante orientação curricular, atualmente complementada e revisada pela BNCC. Os temas transversais expressam conceitos e valores básicos à democracia e obedecem a questões importantes e urgentes para a sociedade contemporânea. Caracterizam-se por transversalizar as diversas áreas do currículo de modo que os alunos possam construir significados e conferir sentido àquilo que aprendem.

Já a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017a) utiliza a designação temas integradores, que são: consumo e educação financeira, ética, direitos humanos e cidadania, sustentabilidade, tecnologias digitais e culturas africanas e indígenas. Apresenta dez competências que devem ser estimuladas e desenvolvidas no aluno durante toda Educação Básica. O objetivo dessas competências é ampliar a educação e abandonar a ideia de que se restringe ao acúmulo de objetos do conhecimento. Em sua décima competência, “responsabilidade e cidadania”, é proposto que o aluno aja pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação para tomar decisões com princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. Cidadania, portanto, apresenta transversalidade por afetar a vida em escala local, regional e global.

A educação voltada para a cidadania não ocorre apenas na escola, mas em todos os espaços educativos nos quais alunos e professores circulam. Nesse contexto, as aprendizagens consideram responsabilidade, solidariedade e todas as exigências sociais e culturais da conquista de direitos. O que observamos é a necessidade de formação de cidadãos que pensem o mundo contemporâneo em sua diversidade, com capacidade de dialogar, agir e cooperar.

Nesse sentido, alguns objetos do conhecimento e temas emergem no debate sobre cidadania, a saber: direitos humanos, diversidade, inclusão, participação, sustentabilidade socioambiental, entre outros a serem contemplados no projeto.

Com todos os valores intrínsecos consolidados e sua relação positiva com a saúde, a sociabilidade, a cognição, a produtividade e a qualidade de vida, a área de Esporte é ferramenta reconhecida e eficaz para a educação de crianças e adolescentes. O Ceará, nos últimos anos, criou plataforma visando planejar ações futuras em longo prazo para os setores, produtivos, sociais e políticos. Nessa plataforma, o esporte é um dos setores em destaque.

Em documentos como o *Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas*, lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (BRASIL, 2017b), existem recomendações para que os governos adotem políticas públicas condizentes

com a importância do esporte para o desenvolvimento humano. A construção de um ambiente de respeito e promoção dos direitos humanos é fundamental em todos os espaços de socialização, seja no trabalho, em casa, na escola ou em atividades esportivas. Por isso, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), considera a importância do esporte para a ampliação de atitudes e comportamentos em prol da igualdade de gênero, da promoção da inclusão e da superação de todas as formas de discriminação.

No âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o esporte é reconhecido como um facilitador importante do desenvolvimento e da paz. Sua promoção favorece a tolerância e o respeito entre as pessoas, empoderando especialmente as mulheres, os jovens, os indivíduos e as comunidades. Como atividade que deve ser inclusiva, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu artigo 30, destaca a importância da prática do esporte.

Para usufruir de todos os benefícios do esporte, é necessário que se aprenda a praticar. Nesse sentido, o presente projeto, através do Modelo Ativo e Reflexivo de Ensino com base nas metodologias ativas, contribui para suprir a lacuna dos baixos níveis de aprendizagem do esporte na escola. Contemplando a educação integral de crianças e adolescentes, o esporte se mostra como ferramenta nas políticas públicas de educação e contribui para o desenvolvimento das principais competências necessárias ao mundo do trabalho, como a resolução de problemas, o trabalho em equipe, a comunicação, o pensamento crítico e a criatividade.

No tocante ao ensino de múltiplas linguagens, pelo fato de a BNCC assumir a perspectiva *enunciativo-discursiva* de linguagem como fundamento da proposta de competências e habilidades para a disciplina de Língua Portuguesa, pode-se pensar que, pelo menos, do ponto de vista institucional, está posta a necessidade de se relacionar ensino de língua materna e ampliação de jornada, tal como nos propomos aqui.

Assim, uma concepção discursiva do ensino de Língua Portuguesa e Língua Inglesa exige competências que transcendam o simples domínio do código linguístico, das estruturas textuais e do contexto genérico, tendo em vista que os gêneros do discurso constituem, de alguma maneira, a base da interação humana, o que justifica a proposta metodológica do ensino de língua portuguesa nesse projeto através de diversos gêneros.

Já o ensino de Matemática, a partir do que é acenado na BNCC, apresenta sua importância direcionando “sua grande aplicação na sociedade contemporânea, seja pelas suas potencialidades na formação de cidadãos críticos, cientes de suas responsabilidades sociais”

(BRASIL, 2018, p. 261), o projeto de ampliação da jornada de estudos tenta não se restringir apenas ao que se refere a contagem, medição de objetos, grandezas e técnicas de cálculo com os números e com as grandezas, mas “inter-relacionam fenômenos do espaço, do movimento, das formas” (BRASIL, 2018, p. 261).

No presente projeto, é considerado o papel investigativo das experimentações na aprendizagem da Matemática, fazendo com que o aluno construa o conhecimento matemático a partir de sua própria prática, de modo que teoria e prática caminhem lado a lado na aprendizagem. Dessa forma, articulam-se os diversos campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade), direcionados a experimentações empíricas do mundo real utilizando representações, como tabelas, figuras e esquemas, associando-os a um ideário de atividade matemática (conceitos e propriedades) que possibilitará a formação de um aluno que resolve demandas complexas da vida cotidiana e exercendo o pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

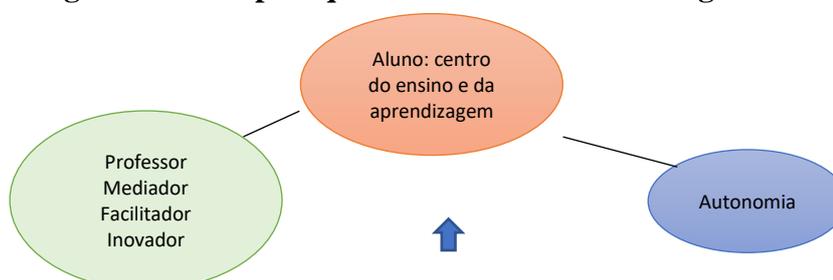
4 METODOLOGIA

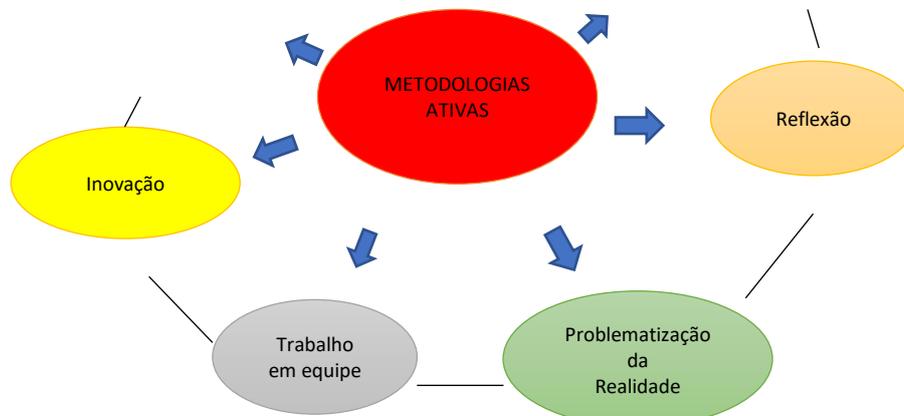
A proposta operacional deste projeto é a adoção de metodologias ativas, uma vez que as atividades elencadas integram a jornada ampliada, o que significa que os alunos já frequentam um turno de educação formal (cf. matriz de horários disponível no apêndice).

Nas metodologias ativas, o objetivo é incentivar nos alunos uma postura autônoma e participativa, a partir de problemas e situações reais, colocando os estudantes no centro do processo de aprendizagem para que sejam ativos na construção do seu conhecimento.

Nessas metodologias, o monitor atua como mediador, no intuito de instigar o aluno a buscar a resolução de problemas de forma colaborativa, pois uma das preocupações nesse modelo de educação integral é a apresentação de objetos do conhecimento atrativos e interativos para que os estudantes se tornem proativos no sentido de serem capazes de tomar decisões e experimentar inúmeras possibilidades, como mostra a Figura 1.

Figura 2: Princípios que constituem as metodologias ativas de ensino





Fonte: Diesel, Baldez e Martins (2017, p. 273).

Desse modo, reconhecemos que as metodologias ativas apresentam uma concepção crítico-reflexiva de educação, a partir do uso de estratégias que visam estimular os processos de ensino e aprendizagem de modo a garantir o envolvimento por parte do aluno na busca pelo conhecimento. Essas práticas pressupõem a construção de situações problemas do contexto vivenciado pelos aprendizes, com potencial de proporcionar uma reflexão crítica, a fim de mobilizá-los na busca pelo conhecimento e a proposição de soluções mais adequadas e corretas.

5 AVALIAÇÃO

A avaliação será vista como uma forma de acompanhamento dos avanços e das dificuldades dos estudantes de modo que a equipe possa encontrar caminhos para aferir o aprendizado e oferecer alternativas para uma evolução mais segura. Nesse sentido, a avaliação deve ser percebida como reorientação para uma aprendizagem eficaz e para a melhoria da proposta de ensino.

Conforme sugere Luckesi (2011), a avaliação serve para uma “tomada de decisão”, para qualificar a aprendizagem de nossos estudantes. Desse modo, importa, de um lado ter clara a teoria que utilizamos como suporte de nossa prática pedagógica, e, de outro, o planejamento do ensino, que estabelecemos como guia para nossa prática de ensinar.

Numa perspectiva avaliativa, a etapa inicial será identificar o nível de desenvolvimento e de conhecimento dos alunos, seu contexto e seus interesses, fase que nomearemos como diagnóstica. Depois será necessário contrapor esses interesses aos objetivos previamente definidos para cada área de modo a qualificar o processo. Depois, finalmente é tomada a decisão de como se pretende alcançar os resultados prospectados.

Embora possua muitas funções nesse projeto, destacamos aqui a avaliação formativa e

diagnóstica: formativa, pois consiste em um processo útil para a assimilação ou retificação de novas aprendizagens, sendo ideal numa avaliação contínua, pois permite ao mediador gerir e organizar situações didáticas de aprendizado, identificando eventuais necessidades de correção de percurso, e diagnóstica, pois pode ser utilizada no início de um curso ou disciplina, para identificar os conhecimentos dos alunos quanto aos conteúdos que serão ministrados (HADJI, 2001).

Assim, serão considerados aspectos quantitativos e qualitativos como complementares na avaliação, buscando o diagnóstico das dificuldades e dos progressos no processo educativo. Todavia, dada a característica da proposta de jornada ampliada, serão utilizados procedimentos alternativos de avaliação, em substituição aos tradicionais. Segundo Aretio (1999), a escolha de métodos, técnicas e instrumentos de avaliação deve considerar os aprendizes, os objetivos do ensino, o local de aplicação, dentre outros. Por essa razão, consideramos o uso de instrumentos diversificados de modo a acompanhar a frequência, pontualidade, os avanços e dificuldades no aprendizado, sem o peso que normalmente a avaliação possui junto aos estudantes, mas sim como uma forma de feedback.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de [et. al.]. **Manifesto dos Pioneiros da Educação da Educação Nova** (1932) e dos educadores (1959). Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010.

ARETIO, L. G. **Educación a la Distancia Hoy**. 2ª ed. Espanha: UNED, 1999.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

_____. Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - **Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas**. Brasília: PNUD, 2017b.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

_____. **Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007**. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm. Acesso em: 27 mar. 2020.

_____. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010**. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-

2010/2010/decreto/d7083.htm. Acesso em: 27 mar. 2020.

CAVALIERE, Ana Maria. Anísio Teixeira e a Educação Integral. **Paidéia**, v. 20, n. 46, p. 249-259, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n46/11.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2020.

DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda Leila Santos; MARTINS, Silvana Neumann. Os princípios das metodologias ativas de Ensino: uma abordagem teórica. **Revista Therna**, v. 14, n. 1, p. 268-288, 2017. Disponível em: <http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/viewFile/404/295>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FELÍCIO, Helena Maria dos Santos. A instituição formal e não-formal na construção do currículo de uma escola de tempo integral. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 03, p. 163-187, dez. 2011.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

LUCKESI, Cipriano. Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

MIRANDA, Marília Gouvea de; SANTOS, Soraya Vieira. Propostas de tempo integral: a que se destina a ampliação do tempo escolar? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 3, p. 1073-1098, set./dez. 2012. Disponível em: www.perspectiva.ufsc.br. Acesso em: 26 fev. 2020.

MOLL, Jaqueline. O PNE e a educação integral: desafios da escola de tempo completo e formação integral. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 369-381, jul./dez., 2014.
PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Construindo uma tipologia das políticas de educação integral em tempo integral. **Roteiro**, Joaçaba, v. 41, n. 3, p. 563-586, set./dez. 2016.

TORRES, Rosa Maria. **Que (e como) é necessário aprender?** Necessidades básicas de aprendizagem e conteúdos curriculares. Campinas, SP: Papirus, 1994.

TRILHA, Jaume. A educação não-formal. In. ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Educação formal e não-formal**. São Paulo: Summus, 2008.